

# O SUJEITO NA SEMIÓTICA NARRATIVA E DISCURSIVA

**José Luiz Fiorin\***

**Resumo:** Depois de mostrar que as teorias do discurso se distinguem pela maneira como consideram o sujeito da fala, origem ou efeito, este trabalho discute a concepção de sujeito com que opera a semiótica francesa, a de sujeito-efeito. De um lado, ela vê a enunciação como instância lingüística pressuposta pelo enunciado e o enunciador como resultado do enunciado, que se define como “o que faz ser o sujeito”; de outro, pensa a comunicação como ato não voluntário e não consciente.

**Palavras-chave:** Sujeito-origem; sujeito-efeito; enunciação.

*De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos.  
Vivi puxando difícil de difícil, peixe vivo no moquém: quem mói no aspr’o não fantasêia.  
Mas, agora, feita folga que me vem, e sem pequenos desassossegos, estou de range rede.  
E me inventei neste gosto, de especular idéia. (ROSA, 1986, p. 9)*

O conceito de sujeito é bastante complicado, porque é prenhe de ambigüidades. Está presente na filosofia, na lingüística, na sociologia, na antropologia... Em todos os domínios do conhecimento, é tema de debate.

As teorias do discurso separam-se em dois grupos pela maneira como abordam a questão do sujeito da enunciação: de um lado, estão aquelas que o consideram como origem, fonte do enunciado (sujeito-origem); de outro, aquelas que o vêem como efeito do enunciado (sujeito-efeito) (AUTHIER-REVUZ, 1998).

O primeiro, segundo Authier-Revuz, é um sujeito psicológico (mas também pode ser um sujeito da cognição ou um sujeito social), fonte intencional do sen-

tido, que se expressa por um instrumento de comunicação, a língua. O sentido é transparente e imediatamente acessível. O sujeito tem o controle do sentido produzido, é o senhor daquilo que diz. O enunciado é, então, um resultado direto do processo enunciativo. O enunciador constrói seu discurso em razão de determinados propósitos e acredita que controla soberanamente e sem nenhuma falha toda a extrema complexidade de um ato comunicativo. O sujeito é exterior à linguagem, pois o pensamento é tido como anterior a ela. A enunciação é vista como um jogo de máscaras, de papéis, de imagens, como um teatro, uma encenação. Esse é o domínio da retórica com sua idéia da persuasão consciente; da psicologia social com as noções de cena e de encenação; da pragmática com sua teoria dos atos de fala e seu princípio cooperativo (ver, por exemplo, QUINTILIANO, 1980, I, Pr, 1; II, 15, 38; GOFFMAN, 1967; AUSTIN, 1990; SEARLE, 1991; GRICE, 1979). O sujeito da enunciação, apesar de poder executar diferentes papéis, permanece centrado, pois domina o seu dizer. A alteridade e a diferença aparecem, porque se leva em conta a presença do outro num jogo de imagens e, por isso, a interação é o fato enunciativo relevante. No entanto, o dizer resulta de cálculos que os participantes do jogo enunciativo fazem um do outro, num processo absolutamente consciente, com vista a realizar um discurso eficaz (AUTHIER-REVUZ, 1998).

O sujeito-efeito, ainda que tenha a ilusão de que domina o dizer, não o faz. É um sujeito marcado pela incompletude e os sentidos lhe escapam. Seu dizer não é transparente e ele é radicalmente descentrado (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 186).

No primeiro caso, a enunciação é um fato não lingüístico, referencial, subentendido à comunicação lingüística. O enunciado resulta de uma situação real de comunicação, de um contexto psicossocial, que, evidentemente, é referencial. A enunciação é um ato de linguagem tomado em sua singularidade. Já no segundo caso, o dizer é uma instância lingüística pressuposta pela própria existência do enunciado, que conserva dele traços e marcas. O enunciado é resultado da enunciação, considerada uma instância de mediação, que propicia a discursivização das virtualidades lingüísticas, as da língua em sentido estrito e as do discurso. A enunciação agencia a passagem das virtualidades lingüísticas e discursivas para as estruturas realizadas (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

A semiótica francesa considera o sujeito um efeito do enunciado e, ao mesmo tempo, afirma que ele não domina o dizer. Expliquemos essas duas questões, começando pela segunda. Imaginar que o sujeito controla o sentido implica ver a comunicação como um ato voluntário e consciente. A semiótica diz que o ato comunicativo pode ser voluntário. No entanto, nem sempre o é, o que implica que a noção de voluntariedade não pode fazer parte de seu arcabouço teórico. Além disso, repousa numa concepção simplista do homem, a idéia da consciência da comunicação (GREIMAS; COURTÉS, 1979). Dizem Greimas e Courtés (1979, p. 6): “O ato de fala não é uma criação *ex nihilo*, a situar no início de toda a reflexão semiótica, é um acontecimento particular inscrito num sistema de múltiplas coerções”. Essas coerções são as da história (GREIMAS, 1976) e do inconsciente (BEIVIDAS, 2000).

O que significa, para a semiótica, dizer que o sujeito é efeito do enunciado? Na tradição lingüística, quando se fala de sujeito, verifica-se que se pensa em dois conceitos: de um lado, o sujeito é o que é “submetido”, como indica a etimologia, à observação, à reflexão, ao qual se opõe o predicado, que é aquilo que se diz do sujeito; de outro, o sujeito é um ser que realiza um dado feito, é um

princípio ativo. A primeira noção permite determinar que o sujeito é o elemento de quem se diz alguma coisa; a segunda, que o sujeito é aquele que pratica a ação. Como notam Greimas e Courtés (1979), alguns lingüistas, como Tesnière, buscam ultrapassar essas duas noções, invertendo a problemática: em lugar de partir do sujeito para dar-lhe determinações e mostrar as atividades que realizarão, dão prioridade para a relação, ou seja, para o verbo ou a função. Nesse caso, o sujeito é um ponto de chegada. Não existe um sujeito em si, ele é constituído pela natureza da função.

O sujeito em semiótica é definido por uma relação. Em primeiro lugar, é preciso notar que o ato de linguagem é, antes de tudo, um ato (GREIMAS, 1983). Um ato é um fazer ser. Une, portanto, dois predicados elementares: um fazer, caracterizado por uma relação de transformação, e um ser, marcado por uma relação de junção. Isso significa que existem dois tipos de sujeito: um sujeito do fazer e um sujeito de estado (GREIMAS; COURTÉS, 1979).

Todos os sujeitos que aparecem no discurso são definidos da mesma maneira. Há, pois, sujeitos do enunciado e da enunciação. Os primeiros são os que a teoria literária denominava personagens; os sujeitos da enunciação aparecem em três níveis distintos: 1. o autor e o leitor implícitos, que são pressupostos pela própria existência do enunciado, chamados *enunciador* e *enunciatário*; 2. aquele que narra e aquele para quem se narra, projetados no interior do enunciado, denominados *narrador* e *narratário*; 3. as personagens que dialogam entre si no interior do texto, nomeados de *interlocutor* e *interlocutário*. Isso quer dizer que o interlocutor e o interlocutário são sujeitos do enunciado, que são representados como sujeitos da enunciação; o narrador e o narratário são sujeitos da enunciação enunciada; o enunciador e o enunciatário são, de fato, o sujeito da enunciação que buscamos definir neste trabalho. No entanto, como todos eles são determinados da mesma maneira, analisaremos os sujeitos do enunciado e da enunciação enunciada para chegar ao sujeito da enunciação *stricto sensu*.

O sujeito é um actante cuja natureza depende da função em que se inscreve. Em outras palavras, está sujeito ao objeto com que se relaciona. A relação com o objeto dá uma existência semiótica ao actante; a natureza do objeto dá a ele uma existência semântica. Assim, Seixas é um sujeito pobre e ambicioso, porque, de um lado, ele está em conjunção com a pobreza e, ao mesmo tempo, ele quer ser rico, ou seja, o objeto-valor para ele é desejável e, por isso, ele é desejoso. Os objetos podem ser descritivos e modais. Os objetos descritivos para os sujeitos de estado são os valores (por exemplo, o prazer, o *status*, a riqueza e assim por diante) e para os sujeitos do fazer são as ações (assim, o herói é o que age segundo o quadro de valores estabelecido; o traidor é o que atua diferentemente do herói; o sujeito que realiza um fazer somático é um sujeito pragmático; o que opera intelectualmente é um sujeito cognitivo).

Os objetos modais são predicados que regem outros predicados. Segundo a semiótica, as modalidades são o querer, o dever, o poder, o saber e o crer. Elas incidem tanto sobre o fazer quanto sobre o ser. Temos, pois, por exemplo, um querer fazer e um querer ser. As modalidades do fazer são objetos modais que determinam a competência modal do sujeito do fazer (assim, a semiótica pode estabelecer perfis bastante precisos dos sujeitos da ação: haveria, por exemplo, os sujeitos rebeldes, que querem fazer, mas devem não fazer; os sujeitos veleidosos, que querem fazer, mas não podem e assim por diante; como a modalida-

de do fazer caracteriza o sujeito da ação, a semiótica passa a analisar também o modo de existência desses sujeitos: virtuais, os que querem ou devem fazer; atualizados, os que sabem e podem fazer; realizados, os que fazem: há personagens sonhadoras, mas incapazes de passar à ação; há personagens realizadas etc.), enquanto as modalidades do ser são objetos modais que estabelecem a existência modal do sujeito de estado (assim, há sujeitos desejosos, ignorantes, necessitados). A semiótica tensiva mostrou que também as valências e suas subdimensões determinam a natureza do sujeito (assim, existem sujeitos intensos como os especialistas; extensos como os que possuem um saber enciclopédico; tônicos como os impetuosos; átonos como os zen; sujeitos acelerados como os tipos nervosos; sujeitos desacelerados como os calmos), bem como a combinatória das valências (por exemplo, o *workaholic* é resultante de uma combinação conversa entre intensidade e extensidade).

Com a criação de uma teoria das paixões, concebidas como arranjo de modalidades determinado pelo tipo de objeto, pela presença ou ausência de objeto, pela temporalização, pela aspectualização e pela modulação tensiva, a semiótica vai tratar dos chamados estados de alma (GREIMAS; FONTANILLE, 1993). Muitos textos operam com esse tipo específico de objeto, as paixões humanas. Aí então a semiótica pode estudar de maneira muito fina os diferentes sujeitos patêmicos: Falcão, de *Anedota pecuniária*, de Machado de Assis, desvela o modo de ser de um avaro; Juliana, de *O primo Basílio*, de Eça de Queiróz, e Miranda, de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, fazem-nos conhecer o íntimo do ressentido; em *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, acompanhamos os irmãos que se odeiam; esse autor pinta, com riqueza de detalhes, o ganancioso Cotrim, o ambicioso Lobo Neves, ambos de *Memórias póstumas de Brás Cubas*; o ciumento Bentinho, de *Dom Casmurro*; os interesseiros Palha e Sofia, de *Quincas Borba*. Retratam-se sujeitos coléricos e impacientes em *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar; dá-se a ver o sujeito indiferente, quando se mostram as atitudes de Basílio, de *O primo Basílio*, de Eça de Queiróz. Machado foi um fino analista das paixões humanas e dos sujeitos apaixonados. Sabia, no entanto, que cada paixão adquire uma configuração determinada numa dada época. É assim que o interesse em Rubião é a forma como esse estado de alma se manifesta no capitalismo (cf. capítulos I e II de *Quincas Borba*).

Vejamos como Aluísio Azevedo (1957, p. 87) constrói, em *O cortiço*, o sujeito do enunciado Rita Baiana:

*Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha de caju, que abre feridas na boca com seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traçoieira, a lagarta viscosa, a muriçoca doída, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer; uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno de Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisiaca.*

Nesse texto, temos uma apresentação da personagem Rita Baiana, do ponto de vista das impressões recebidas por Jerônimo, imigrante português, que viera para o Brasil a fim de trabalhar e juntar dinheiro. Rita Baiana representa a natureza brasileira, com sua luminosidade (luz ardente do meio-dia, fosforescência afrodisíaca da nuvem de cantáridas), seu calor, seu perfume (aroma quente dos trevos e baunilhas), suas formas (a da palmeira), seus sabores (a doçura do sapoti e a acidez da castanha de caju), suas texturas (viscosidade da lagarta), suas cores (verde da cobra traíçoera que se confunde com a folhagem), seus sons (música feita de gemidos de prazer). Essas sensações misturavam-se e confundiam-se (observe-se a sinestesia *calor vermelho*). Despertavam em Jerônimo o desejo, acordavam-lhe o corpo, embambecido por saudades de Portugal. Jerônimo vai começar um processo de abrasileiramento, que torna seus sentidos mais apurados, mas, ao mesmo tempo, faz decrescer sua capacidade de trabalho. Note-se que, na época, pensava-se que, nos trópicos, as pessoas tinham uma grande capacidade para o prazer, mas não para o trabalho. Jerônimo termina por abandonar sua mulher, Piedade de Jesus, para ficar com Rita Baiana, a síntese da natureza brasileira.

Todos os objetos figurativos atribuídos a Rita Baiana, sensações táteis, gustativas, olfativas, visuais e auditivas, compõem um objeto descritivo que a caracteriza, a sensualidade: Rita Baiana é uma mulher sensual. Como Jerônimo a deseja e entra em conjunção com ela, ele passa de sujeito virtual a sujeito realizado. Sua realização é sexual.

Os sujeitos da enunciação são sujeitos do fazer, cujo objeto é o produto do dizer, ou seja, o dito, o enunciado. Com efeito, a enunciação é um ato que faz ser o sentido, isto é, que lhe dá existência. O enunciado é o objeto cujo sentido faz ser o sujeito, ou seja, dá existência ao enunciador (LANDOWSKI, 1989). De fato, as marcas da enunciação no enunciado criam para o leitor uma imagem do enunciador: a de uma pessoa irada, entusiasmada, ressentida, apática, e assim por diante.

Há uma diferença entre os distintos sujeitos da enunciação: o interlocutor é um ator do enunciado, a quem o narrador concede a palavra. O narrador é um actante da enunciação enunciada. Está, portanto, no interior do enunciado. Riobaldo é o narrador de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Ele é um homem ambivalente, sem certezas, que busca, pela narrativa, compreender a vida. Essa característica do narrador é dada pelos pedidos de intervenção do seu interlocutor, pelas idas e vindas que caracterizam sua narrativa, pela tematização da vida como movimento, mudança, mistura (“No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso” (ROSA, 1986, p. 79); “Baixei, mas fui ponteando opostos. Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero todos os pastos bem demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtroz a esperança mesmo no meio do fel do desespero. Ao que este mundo é muito misturado” (ROSA, 1986, p. 206-207)), pela figurativização dos temas como “travessia”, “fluir”, “rio” (“Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe:

a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso”) (ROSA, 1986, p. 33).

Essa falta de certeza do narrador começa pela ambigüidade de seu estatuto enunciativo. Como o romance começa com um travessão, tecnicamente o narrador é aquele que põe o travessão, marca da concessão da palavra a um sujeito do enunciado. No entanto, como não há outro enunciado que não a fala de Riobaldo, o interlocutor avulta e assume o papel do narrador. Ele fala a um homem letrado, “assisado e instruído” (ROSA, 1986, p. 10) “com toda leitura e suma doutoração” (ROSA, 1986, p. 13), que colabora na realização do texto, com que procurava compreender a vida (“Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba”) (ROSA, 1986, p. 214).

No caso do enunciador, o sujeito de nossa análise em sentido estrito, tem-se o autor do texto. No entanto, não se trata do autor real, em carne e osso, mas de uma imagem do enunciador construída pelo texto. O enunciatário é o leitor e, da mesma forma, não é o leitor real, mas uma imagem do leitor estabelecida no texto. Na verdade, o que temos é o sujeito da enunciação. Trata-se da instância responsável pela enunciação mesma e não pela enunciação transformada em enunciado.

O termo *sujeito da enunciação* é tomado freqüentemente como sinônimo de *enunciador*. No entanto, o enunciatário é tão produtor do discurso quanto o enunciador (GREIMAS; COURTÉS, 1979), porque este produz o texto para uma imagem de leitor, que determina as diferentes escolhas enunciativas, conscientes ou inconscientes, presentes no enunciado. Ao colocar o enunciatário como uma das instâncias do sujeito da enunciação, Greimas e Courtés querem ressaltar seu papel de co-enunciador. Com efeito, a imagem do enunciatário constitui uma das coerções discursivas a que o enunciador obedece: não é a mesma coisa produzir um texto para um especialista numa dada disciplina ou para um leigo; para uma criança ou para um adulto.

Quando falamos em *eu* e *tu*, falamos em actantes da enunciação, ou seja, em posições dentro da cena enunciativa, aquele que fala e aquele com quem se fala. No entanto, nos diferentes textos, essas posições são concretizadas e esses actantes tornam-se atores da enunciação. O ator é uma concretização temático-figurativa do actante. Por exemplo, o enunciador é sempre um *eu*, mas, no texto *Memórias póstumas de Brás Cubas*, esse *eu* é concretizado no ator *Machado de Assis*. Nunca é demais insistir que não se trata do Machado real, em carne e osso, mas de uma imagem do Machado produzida pelo texto.

Essa imagem constrói-se, à maneira do *ethos* aristotélico (I, 1356a). O *ethos* não se explicita no enunciado, mas na enunciação. Quando um jovem diz *eu sou contra as normas de nossa ordem social*, está explicitando uma imagem sua no enunciado. Isso não serve de prova, não leva à construção do *ethos*. O caráter de pessoa rebelde constrói-se na maneira como se veste, como age, como fala, que lexemas escolhe etc. À medida que ela vai construindo o texto de sua vida, vai dizendo *estou contra a atual ordem social*. A enunciação não é da ordem do inefável. Por conseguinte, o *ethos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado. Portanto, a análise do *ethos* do enunciador nada tem do psicologismo que, muitas vezes, pretende infiltrar-se nos estudos discursivos. Trata-se de apreender um sujeito construí-

do pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso. O *ethos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito. O sujeito da semiótica é um efeito do discurso, no sentido exposto aqui, e não um sujeito-origem.

É necessário enfatizar vivamente que não apresenta nenhum interesse a apreensão do *ethos* do narrador e dos interlocutores, a não ser para traçar o *ethos* do enunciador, já que eles são construções deste último e são, pois, elementos do enunciado, que constrói a imagem do autor implícito.

Uma última questão se põe: como distinguir a imagem do narrador da imagem do enunciador? É Greimas (1979) quem nos dá a pista para fazer essa distinção. Diz ele que o enunciador tomado como ator da enunciação se define pela totalidade de sua obra. Quando analisamos uma obra singular, podemos definir os traços do narrador, quando estudamos a obra inteira de um autor é que podemos apreender o *ethos* do enunciador. Podemos, ao final da análise, encontrar uma identidade ou uma diferença entre o caráter do enunciador e o do narrador numa obra singular. Em *Tom Jones*, o narrador é ingênuo, enquanto o autor é irônico.

O enunciador pode ser individual (Guimarães Rosa, o jornal *O Estado de S. Paulo*, a revista *Veja* etc.) ou coletivo (o poeta neoclássico, a imprensa sensacionista, os hebdomadários brasileiros etc.).

Dominique Maingueneau (1995) diz que o *ethos* compreende três componentes: o caráter, que é o conjunto de características psíquicas reveladas pelo enunciador (é o que chamaríamos o *ethos* propriamente dito), o corpo, que é o feixe de características físicas que o enunciador apresenta; e tom, a dimensão vocal do enunciador desvelada pelo discurso.

O romancista naturalista, por exemplo, tem um espírito “científico”, que se caracteriza pela objetividade; pela curiosidade, que leva à busca de leis que expliquem a realidade; pelo realismo, que recusa todas as concepções idealizadas da realidade. O corpo é vigoroso, de alguém que luta para melhorar o mundo. O tom é professoral, é aquele com que se faz uma exposição científica. Essa imagem do enunciador desprende-se, em primeiro lugar, da constituição das personagens, cujas ações são determinadas pelo meio, pela hereditariedade e pelo momento; da construção do enredo, que segue modelos das leis das ciências físicas e biológicas; da explicação dos fatos sociais por leis similares às que regem os fenômenos naturais e que a ciência da época acreditava ter codificado (os comportamentos sociais e individuais são considerados como efeitos de causas naturais (raça, clima, temperamento) ou culturais (meio, educação); do fato de o campo discursivo literário, em razão dessa concepção determinista do agir humano, manter relações muito próximas com o campo discursivo científico; da aspiração à “objetividade” do discurso científico, cujos efeitos se constroem com o apagamento das marcas da enunciação no enunciado (por exemplo, a narração em terceira pessoa, como se os fatos se relatassem a si mesmos).

## REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 18. ed. São Paulo: Martins, 1957.
- BEIVIDAS, Waldir. *Inconsciente et verbum: psicanálise, semiótica, ciência, estrutura*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- GOFFMAN, Erwin. *La mise en scène de la vie cotidienne*. Paris: Minuit, 1967.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Maupassant. La sémiotique du texte: exercices pratiques*. Paris: Seuil, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Du sens II. Essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1983.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões. Dos estados de coisas aos estados de alma*. São Paulo: Ática, 1993.
- GRICE, Herbert Paul. Logique et conversation. *Communications*, Paris, v. 30, p. 57-72, jun. 1979.
- LANDOWSKI, Eric. *La société réfléchie*. Paris: Seuil, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- QUINTILIANO, Marco Fábio. *Institution oratoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1980. t. I e VII.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 22. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SEARLE, John Rogers. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Almedina, 1991.

FIORIN, José Luiz Fiorin. The subject in narrative and discursive semiotics. *Todas as Letras* (São Paulo), volume 9, n. 1, p. 24-31, 2007.

**Abstract:** *In this paper I show that the theories of discourse are distinguished according to the way they consider the subject that speaks, as origin or as effect. I then discuss the conception of subject utilized by French semiotics, that of subject as effect. French semiotics sees enunciation as a linguistic instance that is presupposed by the enunciate, and sees the enunciator as a result of the enunciate, which is "what makes the subject be". Further, French semiotics understands communication as an act that is non-voluntary and non-conscious.*

**Keywords:** *Subject as origin; subject as effect; enunciation.*